

O Jornalismo como invenção anglo-americana

Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)

Jean Chalaby

The London School of Economics and Political Science

Resumo:

Este artigo defende que o jornalismo é uma invenção anglo-americana. A ideia é desenvolvida com base na comparação da evolução do jornalismo francês e jornalismo anglo-americano entre 1830 e 1920. Defende-se que os jornalistas americanos e britânicos inventaram a concepção moderna de notícia, que os jornais anglo-americanos contêm mais notícias e informação que quaisquer outros jornais franceses contemporâneos e que organizaram melhores serviços de recolha de informação. Argumenta-se igualmente que a invenção e o desenvolvimento de práticas discursivas próprias, tais como a reportagem e a entrevista, se devem a jornalistas americanos. Os jornalistas franceses, como os de muitos outros países, importaram e adaptaram, progressivamente, os métodos do jornalismo anglo-americano. Este artigo tenta, também, sublinhar os factores culturais, políticos, económicos, linguísticos e internacionais que favoreceram a emergência do jornalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Palavras-chave:

Jornalismo anglo-americano; Jornalismo; Notícias factuais; Práticas discursivas; França.

Introdução

Os historiadores assumem, em geral, que o jornalismo foi inventado quando surgiram os primeiros jornais na Europa durante o século XVII. Um dos mais fervorosos proponentes desta tese é Mitchell Stephens, que defende que o jornalismo foi inventado nas gazetas semanais venezianas da segunda metade do século XVI (Stephens, 1988: 156-7). Contrariamente a esta opinião, defendi várias vezes que o jornalismo é uma invenção do século XIX. A profissão de jornalista e o discurso jornalístico é produto da emergência, durante este

* Publicado no *European Journal of Communication*, Vol. II, n.º 3, 1996. Traduzido e republicado em M&J com a permissão do autor.

período, de um *campo* especializado e autónomo de *produção discursiva*, o campo jornalístico (Chalaby, 1996). Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se um género distinto de texto: agentes do campo jornalístico desenvolveram as suas próprias *normas e valores discursivos*, tais como a objectividade e a neutralidade. O modo de escrita jornalística passou a caracterizar-se por *estratégias discursivas e práticas* que não são de natureza literária nem políticas. Os textos jornalísticos começaram a possuir características filológicas próprias, e esse *fenómeno discursivo* podia ser identificado nos textos que formavam o discurso jornalístico.

Este artigo procura mostrar que a emergência do jornalismo é marcada, não só historicamente mas, também, culturalmente. De facto, esta revolução discursiva não foi universal. O jornalismo é, não só uma descoberta do século XIX mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autónomo de produção discursiva. Outros países, como a França, importaram e adaptaram progressivamente os métodos do jornalismo anglo-americano.

A primeira parte deste artigo foca a emergência das práticas discursivas na Inglaterra e nos Estados Unidos, e as diferenças discursivas entre o jornalismo francês e anglo-americano. A segunda parte tenta identificar as razões pelas quais esses dois tipos de jornalismo diferem e porque é que esse género discursivo emergiu primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A revolução jornalística anglo-americana

A comparação entre o jornalismo impresso no mundo anglo-americano e em França durante o século XIX fornece as bases para uma discussão sobre como os jornalistas americanos e ingleses inventaram o conceito moderno de notícia. Em primeiro lugar, os jornais anglo-americanos contêm mais notícias e informação do que os quaisquer jornais franceses seus contemporâneos, tendo organizado melhores serviços de recolha de informação. Mais importante é, contudo, o facto de práticas discursivas próprias, tais como a entrevista e a reportagem, terem, também, sido inventadas e desenvolvidas pelos jornalistas americanos, sendo mais tarde importadas como práticas principais pela imprensa francesa e tendo contribuído para a sua transformação.

As notícias como invenção anglo-americana

Como referia um destacado jornalista francês desse tempo, a “característica mais importante” da imprensa britânica foi a “extensão e o rigor da sua informa-

ção” (Prevost-Paradol, 1858: 188). Sem preconceitos, notava que a imprensa francesa era, por contraste, “em geral, pobremente informada” e que os “seus comentários sobre política externa” se ficam por “coisas vagas e muita informação insuficiente” (Prevost-Paradol, 1858: 188). Na verdade, a supremacia dos jornais anglo-americanos sobre os diários franceses no campo da informação era, ainda, visível em muitos aspectos, até ao rebentar da Primeira Grande Guerra. Apesar de ser necessária mais investigação empírica que confirme afirmações posteriores, os dados recolhidos permitem identificar as seguintes diferenças entre os dois tipos de jornais:

- A informação era mais abundante nos jornais americanos e britânicos, com mais notícias e páginas do que os diários franceses.
- A informação era mais actualizada e mais frequente, com os jornais anglo-americanos a possuírem melhores serviços de recolha de informação do que os seus parceiros franceses.
- A informação era mais exacta (mais completa, mais objectiva, e mais neutral) nos diários americanos e britânicos. Os jornalistas franceses tinham o hábito de interpretar e reescrever a informação de acordo com a doutrina política defendida pelo jornal.
- A informação era mais internacional nos jornais anglo-americanos, dado possuírem mais recursos que os diários franceses para manterem correspondentes em zonas remotas, quando necessário. Até à Primeira Grande Guerra, poucos jornais franceses têm correspondentes no estrangeiro. Além disso, as agências anglo-americanas possuíam mais agentes e correspondentes internacionais do que a agência francesa Havas.
- A informação era mais factual nos jornais anglo-americanos. Em contraste, os correspondentes franceses e os repórteres tinham o hábito de comentar a informação que publicavam e misturavam factos com opiniões pessoais.
- A informação era mais credível nos jornais anglo-americanos. Em França, até à Segunda Grande Guerra, a imprensa sofreu de corrupção endémica. Na Terceira República (1870-1940) os jornais mais proeminentes, tais como *Le Temps* e o *Figaro*, e mesmo a agência de notícias Havas, aceitaram o suborno de políticos, financeiros e governos estrangeiros (Kitsikis, 1968; Bellanger et al., 1972: 249-50, 501-9). Isto alterou o fluxo e a qualidade da informação na imprensa francesa.

Do ponto de vista da informação, as principais características de diferenciação entre a imprensa francesa e anglo-americana são as atrás expostas. No que respeita à quantidade da informação, os diários anglo-americanos dedicavam mais espaço às notícias e à informação porque tinham mais páginas do que os seus pares franceses. Entre os princípios de 1860 e os finais de 1890, os jornais

franceses imprimem um máximo de quatro páginas. Em Dezembro de 1885, o *Figaro* foi o primeiro diário a aparecer regularmente com seis páginas (Bellanger et al., 1972: 276). Os quatro jornais populares (*Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*, *Le Journal* e *Le Matin*) só começaram a publicar seis páginas entre 1899 e 1901 (Palmer, 1983: 308). Cerca de 1860, os jornais mais importantes de Londres, tais como o *Daily Telegraph*, *The Times* ou *The Standard*, publicavam sempre oito páginas, enquanto em 1870 o *Daily Telegraph* era, ocasionalmente, publicado com 10 páginas, e *The Times* era impresso em 16 páginas, excepto às Terças e Sextas-Feiras em que publicava 12 páginas.

Para além de um maior número de páginas, os jornais anglo-americanos também desenvolveram extensos serviços de recolha de informação. O aumento da competição nos seus respectivos mercados forçaram os jornais de Nova York e Londres a proporcionar aos leitores uma melhor cobertura dos acontecimentos. Os diários possuíam duas maneiras de recolher informação: através dos seus próprios repórteres e de correspondentes especiais ou permanentes, e através das agências de notícias. Apesar de muitos editores anglo-americanos conferirem especial importância às notícias do estrangeiro, até às últimas décadas do século XIX apenas os jornais mais importantes possuíam condições para suportar os custos de correspondentes permanentes no estrangeiro. Cerca de 1880, para muitos jornais, a maior fonte de notícias do estrangeiro eram as agências noticiosas, tais como a *Associated Press*, nos Estados Unidos, e a *Reuter*, na Inglaterra (Palmer, 1978; Blondheim, 1994). Mesmo assim, jornais como o *New York Herald* tiveram sempre correspondentes na Europa desde 1840 (Stephens, 1988: 230). Além disso, a segunda metade do século XIX testemunhou a emergência do correspondente especial, especialmente do correspondente de guerra. De facto, a Guerra Civil Americana encontra-se entre os primeiros conflitos na história a ser extensamente reportado, com o *New York Herald* a enviar 63 correspondentes e o *New York Times* e o *Tribune*, com, pelo menos, 20 correspondentes cada. (Stephens, 1988: 248). Nos anos seguintes, numerosos correspondentes americanos podiam ser vistos em muitas frentes de batalha à volta do globo, da Guerra da Crimeia ao conflito Russo-Japonês em 1904-5. Por exemplo, os jornais de William Randolph Hearst, o barão da imprensa americana, enviaram sete correspondentes para cobrir a breve confrontação entre a Grécia e a Turquia em 1897 (Mott, 1962: 580).

Entre os jornais anglo-americanos, *The Times* tinha tradicionalmente o maior departamento internacional. Em 1857, a lista dos correspondentes estrangeiros e de agentes ao serviço de *The Times* incluía 19 nomes (The Office of *The Times*, 1939: 275, 568). O jornal podia permitir-se fazer grandes despesas, enviando correspondentes especiais para áreas afastadas por vários meses, como a China, onde um correspondente permanecia dois anos (1857-8) (Cooke, 1859).

Apesar de um grupo semelhante de correspondentes não estar ao alcance dos seus rivais, nessa década, muitos jornais londrinos possuíam meios para enviar correspondentes de guerra. O correspondente especial do *Morning Advertiser* na Guerra da Crimeia custou ao jornal 1500 libras, e os custos da cobertura da guerra Franco-Alemã atingiram 10.000 libras por jornal (Grant, 1871: 247-59).

Pelo contrário, nenhum jornal francês teve correspondente de guerra até 1870 e muitos não tiveram nenhum até à Primeira Grande Guerra. *Le Petit Journal*, por exemplo, o jornal francês de maior circulação (582.000 de média diária em 1880) não possuía nenhum correspondente estrangeiro nesse ano (Palmer, 1976: 204). O primeiro a constituir um grupo de correspondentes no estrangeiro foi o *Le Temps*, no princípio de 1870 (Voyenne, 1985: 160). Até à Primeira Grande Guerra, este e *Le Journal des Débats* foram os únicos jornais franceses a terem correspondentes no exterior. Mesmo assim, o seu serviço de notícias internacionais era muito inferior ao dos jornais americanos e ingleses e muitos observadores estrangeiros em 1990 ainda protestavam pela a baixa qualidade desses serviços. Jornalistas estrangeiros da Argentina, Bélgica, Brasil, Alemanha, Inglaterra, Polónia, Rússia, Suíça e os Estados Unidos criticavam os jornais franceses por ignorarem os seus respectivos países, por reportarem informação falsa ou por pilharem ou plagiarem os jornais britânicos (Loliée, 1902^a, 1902b, 1902c, 1902d, 1903a, 1903b, 1903c).

Na Inglaterra e na América, o direito dos jornalistas de terem assento no Parlamento e no Congresso contribuiu para desenvolver a profissão de repórter no princípio do século XIX. Nos finais do século XVIII, o *Morning Chronicle* foi o primeiro jornal londrino a possuir um grupo de repórteres parlamentares. Cerca de 1830, aproximadamente 60 repórteres tinham assento na galeria da Casa dos Comuns, tendo esse número aumentado para 105 por volta de 1870 (Grant, 1871: 173). Na verdade, na sessão parlamentar de 1870, por exemplo, *The Times* tinha 19 repórteres a seguirem os debates, o *Standard* 14, o *Morning Advertiser* e o *Daily News* nove cada um. (Grant, 1871: 172). Em contraste, em França, a publicação do conteúdo dos debates parlamentares era ainda restrita em 1870. No seguimento da reforma de 1860, os jornais adquiriram o direito de publicarem os relatos parlamentares, mas só era permitido publicá-los na íntegra como no jornal oficial, *The Monitor* (Choisel, 1980: 375, 382; Bellanger et al., 1969: 413).

Além dos repórteres parlamentares, os diários londrinos possuíam, também, repórteres que cobriam vários tribunais; além disso, aceitavam trabalho pagos a um penny por linha (Grant, 1871: 260-97). Stephens resumiu com precisão a situação quando escreveu que “em meados do século XIX, para ser competitivo, um jornal na Inglaterra tinha de ter no terreno cerca de uma dúzia de repórteres parlamentares, seis repórteres de tribunal, correspondentes nas províncias e

nas maiores capitais europeias e um grupo de editorialistas (Stephens, 1988: 259). Na América, a reportagem desenvolveu-se rapidamente a partir de 1820 (Stephens, 1988: 238). Em 1854, a rápida expansão da equipa editorial do *New York Tribune* traduziu-se em 14 repórteres e 10 editores (Emery e Smith, 1954: 387). Nas décadas seguintes, a reportagem na Inglaterra e na América ganhou desenvolvimento na área do desporto, sociedade e comércio.

Os repórteres americanos parecem ter gozado de um estatuto superior ao dos seus parceiros franceses. No campo jornalístico americano, o estatuto de repórter beneficiou do facto de muitos proprietários e editores dos mais prestigiados jornais, tais como James Gordon Bennett, Charles A. Dana, Joseph Pulitzer e William R. Hearst, terem sido repórteres em determinada altura da sua carreira (Seitz, 1928: 15-37; Mott, 1962: 431; Swanberg, 1961: 34-5).

Deve notar-se, também, que o primeiro repórter a tornar-se famoso por direito próprio foi o jornalista britânico Henry Stanley. A sua pesquisa sobre o paradeiro do Dr. Livingstone, em 1871, foi co-financiada pelo *New York Herald* e pelo londrino *Daily Telegraph*. Stanley definia-se a si próprio como um “jornalista voador” à procura do geógrafo (sobre cuja morte corriam rumores em Londres) e sobre quem “o mundo queria notícias” (Seitz, 1928: 278, 291). Em contraste, o primeiro repórter a ter um estatuto semelhante em França e a gozar de uma relativa notoriedade foi Albert London, cuja carreira começou na Primeira Grande Guerra, cerca de meio século depois de Stanley (Assouline, 1989).

Os repórteres franceses tiveram de esperar pelo período entre as guerras (1918-39) para adquirirem a legitimidade jornalística e o reconhecimento social dos seus colegas anglo-americanos. Quando os diários parisienses começaram a empregar repórteres permanentes, por volta de 1870, o termo inglês foi adoptado para designar essa nova forma de jornalismo. Durante muitos anos eles formaram a classe mais baixa do campo jornalístico e a profissão era referida com desdém. Um primeira definição, datada de 1836, retratava o repórter como “o tipo de jornalista inglês, espécie de secretário que considerava ser seu dever tomar notas sobre o decorrer dos acontecimentos” e que possuía o hábito estranho de “considerar os factos como factos”; isto é, reportar os factos sem os comentar (Faucher, 1836: 684). Quatro décadas mais tarde, a definição de “repórter”, segundo a edição de 1869 do dicionário Larousse ainda possuía conotação negativa. Os repórteres eram representados como estando continuamente à procura de notícias, perguntando coisas e tomando notas sobre “crianças queimadas, violência conjugal e desastres” (Voyenne, 1985: 149). O seu papel era olhado com desdém porque muitos publicistas pensavam que as notícias e a informação tinham adquirido demasiada importância na imprensa francesa. Criticavam a *americanização* da imprensa francesa e a sua tendência para *newyorkheraldismo*. Este termo constituía uma referência ao impacto nos

jornalistas franceses da edição europeia do *New York Herald*, estabelecido em Paris em 1887 (Palmer, 1983: 131-8).

Cerca de 1890, quando as práticas jornalísticas americanas começaram a ser relativamente espalhadas em França, eram, ainda, percebidas como algo estrangeiro e nefasto. Em 1888, Emile Zola, escritor e jornalista, expressava o seu desconforto com o facto de “o fluxo incontrolado de informação levado ao extremo... estar a transformar o jornalismo, a matar os grandes artigos de discussão, a crítica literária, e a dar cada vez mais importância aos despachos noticiosos, a notícias triviais e aos artigos dos repórteres e dos entrevistadores” (as duas últimas palavras surgem em inglês no original) (Palmer, 1983: 92, tradução do autor). Este tipo de diatribe era corrente, revelando o nível de resistência com que se confrontavam estas novas práticas discursivas (para muitos outros exemplos, ver Bellet, 1967).

Ao contrário dos jornais anglo-americanos, que faziam uso extensivo dos telegramas recebidos das agências de notícias, nos jornais franceses a publicação da informação fornecida pelas agências não constituiu prática generalizada antes de finais de 1870 para as notícias nacionais, e meados de 1880 para as notícias internacionais (Palmer, 1983: 40). Nessa altura, os jornais anglo-americanos dedicavam grande espaço à informação recebida das agências de notícias. Mesmo *The Times*, que em 1857 recusou os serviços da *Reuter*, começou a publicar diariamente os telegramas da agência a partir de 1860 (*The Office of The Times*, 1939: 272-3). Em finais de 1870, *The Times* publicou entre 10 e 20 telegramas diários da *Reuter*, completando os numerosos despachos dos seus próprios correspondentes. Por exemplo, em 30 de Outubro de 1878, a página internacional de *The Times* continha 32 notícias de um número variados de países.

Como resultado, a principal fonte dos jornais franceses para as notícias internacionais eram os diários britânicos. No final do século XIX, a agência francesa *Havas* ainda distribuía aos seus clientes resumos traduzidos dos jornais britânicos. Progressivamente, a fim de quebrar o monopólio da *Havas*, alguns jornais franceses negociaram com os jornais britânicos o recebimento do seu noticiário internacional. Foi o caso de *Le Matin*, que em 1898 comprou os direitos dos despachos de *The Times* por 6000 £ por ano (Palmer, 1983: 209).

Em suma, até 1880 os jornalistas franceses não eram muito sensíveis a notícias. Ao contrário, os principais jornais novaiorquinos e londrinos eram em primeiro lugar e antes de tudo organizações noticiosas. Apesar de poder dizer-se que as notícias sempre existiram (Stephens, 1988), nunca antes do aparecimento do jornais anglo-americanos o conceito de notícia adquirira tal domínio como um tipo de texto. Os proprietários dos jornais anglo-americanos, editores e jornalistas, não afectaram apenas importantes recursos à recolha de informação ao nível local, nacional e internacional, inventaram, também, práticas discursivas

para recolher e reportar essa informação. Essas práticas discursivas deram ao jornalismo a sua especificidade como tipo de texto e fizeram do jornalismo um *gênero discursivo* específico. No ponto seguinte são analisadas algumas dessas práticas.

A invenção das práticas discursivas centradas nos factos

Tal como acontece relativamente ao moderno conceito de notícia, os americanos e os britânicos inventaram *práticas discursivas centradas nos factos*. Essas práticas discursivas podem ser identificadas como jornalísticas em virtude do seu uso ser determinado por normas e valores condicionados por aspectos regulares do campo jornalístico que emergiram na segunda metade do século XIX em Inglaterra e na América.

Historicamente, as práticas discursivas que podem ser identificadas como jornalísticas não são de carácter literário nem político. A diferença entre essas práticas discursivas pode ser ilustrada pela evolução do jornalismo em França e na América na segunda metade do século XIX. Em França, nesse período, o jornalismo permaneceu sob a influência das suas esferas tradicionais de origem, a política e a literatura (Ferenczi, 1993: 19-42). A importância conferida à forma literária afastou dos jornais franceses o estilo telegráfico das notícias anglo-americanas. Além disso, um número significativo de jornalistas franceses continuava a escrever na tradição dos publicistas, numa escrita de propaganda de doutrinas políticas e de defesa dos interesses de um grupo político particular. Em França, as opiniões e os comentários ainda prevaleciam nas notícias e na informação em finais do século XIX. Ao contrário, a partir de cerca de 1850, os jornalistas anglo-americanos começaram a praticar a tradicional exigência de um jornalismo neutral e objectivo. Como adiante se verificará, ainda que o que escrevessem fosse politicamente arbitrário, eles não admitiam, de uma maneira geral, qualquer seguidismo ou preferência política. De qualquer modo, a ênfase nas notícias e na informação não deixou muito espaço aos jornalistas anglo-americanos para exprimirem as suas opiniões.

A reportagem e a entrevista constituem duas das práticas jornalísticas centradas nos factos inventadas pelos americanos. Muitas facetas do relato jornalístico eram estranhas à concepção francesa de jornalismo.

Em primeiro lugar, o formato do relato jornalístico implicava a dissociação entre factos e opiniões. Desde cedo, no século XIX, de acordo com um observador de então, estabeleceu-se a diferença entre “a matéria de facto” e os jornalistas dispuseram-se a juntar-lhe a “inteligência razoável” entre a “mera reportagem” e alguma forma de comentário e interpretação (citado em Stephens, 1988: 247). Nos jornais, informação e opiniões começaram a ser separadas em dois géneros

jornalísticos distintos. Na medida em que os juízos de valor começaram a estar confinados a líderes, os factos eram reportados numa formato discursivo – o relato jornalístico – destinado apenas a esse objectivo.

Em contraste, a tradição do jornalismo francês não estabelecia uma linha tão estrita entre factos e comentários, e muitos artigos misturavam livremente notícias e opiniões. Grande quantidade de artigos na imprensa francesa desempenhava o duplo papel de apresentar e interpretar as notícias. Quando Joseph Pulitzer foi solicitado a apontar a diferença principal entre a imprensa francesa e a americana, criticou a francesa por permitir que os seus correspondentes exprimissem as suas opiniões nos textos. Continua Pulitzer: “Na América queremos factos. Quem é que se interessa pelas especulações filosóficas dos nossos correspondentes? (in Loliée, 1903b: 716). Deste modo, as práticas discursivas eram mais indeterminadas e indefinidas em França do que no mundo anglo-saxónico, onde a dissociação entre factos e interpretações existente desde muito cedo conduziu à invenção de práticas discursivas centradas nos factos, como o relato de notícias.

O relato noticioso anglo-americano pode também distinguir-se do clássico artigo de jornal francês pela maneira como é escrito. O relato noticioso, especialmente por destacar primeiro os factos com maior valor notícia, é construído *em torno de factos* e não *em torno de ideias e cronologias* (Stephens, 1988: 253). Nos jornais franceses, o princípio organizador de muitos artigos era a mediação subjectiva do jornalista. Os jornalistas franceses não só envolviam a informação nas suas próprias observações como construíam os seus artigos de acordo com a sua interpretação dos eventos relatados, estabelecendo, assim, uma mediação entre leitores e realidade. Por outras palavras, o relato noticioso anglo-americano e o artigo do jornal francês diferenciavam-se na sua forma narrativa, o primeiro organizando-se em torno dos factos, o segundo sendo enquadrado por práticas discursivas mais orientadas para a opinião dos jornalistas franceses.

Como escreveu Michael Shudson, “a história da entrevista não é apenas uma forma modernizada de escrita, é uma forma americanizada” (Shudson, 1994: 568). Na verdade, a entrevista é uma invenção americana. Apesar de em 1836 James Gordon Bennett reproduzir no *New York Herald* a conversa que tinha tido com a empregada enquanto investigava um assassinato, a entrevista não constituiu uma prática jornalística corrente antes de 1860 (Stephens, 1988: 246; Schudson, 1994: 565). De acordo com um historiador de então, a prática tornou-se de tal forma comum nessa altura que os diários de Nova York empregaram entrevistadores (Grant, 1871: 427) “No final do século” a entrevista era “o acto central do jornalista” (Schudson, 1994: 565).

A prática da entrevista espalhou-se na Inglaterra durante os primeiros anos da década de 1880, especialmente graças a William T. Stead, editor do *Pall Mall*

Gazette entre 1883 e 1890, que publicou a sua primeira entrevista em Outubro de 1883 (Schults, 1972: 63). Em 1884 publicou 134 entrevistas (Goodbody, 1988: 146). Também espalhou em França pela mesma altura que na imprensa britânica, mas em ritmo mais lento, principalmente porque os políticos eram relutantes em dar entrevistas. Preferiam escrever eles próprios artigos ou ter os seus discursos publicados na íntegra. Consequentemente, a entrevista não era prática comum entre os jornalistas franceses até ao período entre guerras. Como aconteceu com a palavra “repórter”, a palavra inglesa “entrevista” foi introduzida na língua francesa quando foi importada dos Estados Unidos. Segundo o dicionário de língua francesa, a palavra apareceu em França em 1884 (Rey, 1992: 1045).

Em suma, os jornais anglo-americanos continham mais informação e serviços de recolha de informação mais desenvolvidos que os dos diários franceses. Práticas discursivas jornalísticas distintas, como a reportagem e a entrevista, foram também, inventadas e desenvolvidas na América. Ao criarem a concepção moderna de notícia e ao desenvolverem práticas jornalísticas, os americanos e os britânicos fizeram uma autêntica revolução discursiva. A próxima secção tenta examinar as causas dessa revolução e compreender porque é que o discurso jornalístico foi inventado em Nova York e Londres e não em Paris.

Origens culturais

A América possuía melhores condições para aí ter emergido mais rapidamente um discurso jornalístico próprio porque os seus escritores não conseguiram impôr aos jornalistas os valores e normas literárias. Nos Estados Unidos e em Inglaterra, a imprensa cresceu independentemente do campo literário, mas isso não aconteceu em França, onde a emergência do campo jornalístico foi uma longa luta pela independência, não só face à esfera política mas também face ao campo literário. Neste país, o domínio das normas e valores literários assumiu várias facetas.

Tradicionalmente, as figuras e celebridades literárias estiveram sempre muito envolvidas no jornalismo. Até ao final do Segundo Império, ocuparam posições dominantes no mundo da imprensa. Um observador deste período chegou a escrever: “Quase todos os nossos escritores vieram do jornalismo e regressaram a ele” (Bellet, 1967: 68). Honoré de Balzac, Robert de Lamennais, Alphonse de Lamartine, Alexandre Dumas e Victor Hugo foram proprietários e editores de vários jornais durante as suas carreiras. Com a industrialização deste campo nas últimas décadas do século XIX, poetas e romancistas deixaram essas posições mas a maioria permaneceu muito próximo do mundo da imprensa. Antes da Primeira Grande Guerra, Emile Zola forneceu um exemplo típico dessa dupla carreira de novelista e jornalista (Mitterand, 1962). É significativo que no período

entre as duas guerras o popular *Paris-Soir*, cuja circulação atingia 1.8 milhões em 1938, empregasse não menos de 29 escritores confirmados por um par de anos (Manévy, 1945: 258; Barrillon, 1959: 269-79). A maioria trabalhava como repórter e correspondente especial, outros ocupavam posições de direcção ou posições editoriais não redactoriais. Entre eles encontrava-se Albert Camus, sub-editor; Jean Cocteau, correspondente especial; François Mauriac, colunista; Antoine de Saint-Exupéry, repórter; George Simenon, correspondente para os assuntos criminais.

Nem na América nem em Inglaterra figuras literárias tiveram semelhante acesso à imprensa. Nestes países, a imprensa desenvolveu-se como um meio de informação, e as práticas literárias ficaram rapidamente fora do jornalismo. Em finais do século passado, alguns romancistas e poetas que trabalhavam nos jornais eram críticos de literatura e raramente iam além da sua especialidade. A única figura maior da literatura a ser tentada por uma carreira jornalística foi Charles Dickens. Em 1846, tornou-se o primeiro editor do *Daily News*. Deixou o seu trabalho ao fim de três semanas, referindo-se ao episódio como "um breve erro" (Koss, 1990: 95-6).

Outro traço do domínio literário, em França, era a ambição dos jornalistas em tornarem-se celebridades literárias, ou tendo perdido as ilusões, de virem a sê-lo. Muitos jovens, rapazes e raparigas, viam o jornalismo como o primeiro passo para uma brilhante carreira literária. O jornalismo não era uma profissão mas uma ocupação provisória. A necessidade de adquirir algum prestígio literário era tão intensa que mesmo os jornalistas que assumiam que nunca iam abandonar a imprensa não resistiam ao impulso de publicar trabalhos literários. Mesmo os mais competentes jornalistas, colunistas e proprietários de jornais escreveram teatro, romances e ensaios no auge da sua carreira. No final de 1850, Emile Girardin (um multifacetado proprietário de jornais) diminuiu as suas actividades para escrever várias comédias e dramas. A falta de sucesso e as críticas desfavoráveis não o impediram de escrever muitas outras peças de teatro durante a década seguinte (Morierval, 1961: 98-9). Villemessant, que ganhou fama e glória como dono e editor do diário parisiense *Le Figaro*, julgou necessário publicar algumas comédias. Esta obstinação ilustra a importância dos valores literários entre os jornalistas franceses (assim como o facto de o sucesso como jornalista não ser suficiente para ganhar reconhecimento social).

Não eram apenas os valores literários a possuírem enorme importância no mundo da imprensa. Era, também, o capital literário. A maior honra para um jornalista francês era ser acolhido pela Academia Francesa. De acordo com os critérios da elite literária a quem competia decidir quem podia juntar-se à Academia, muito poucos jornalistas o conseguiram. O título de membro da Academia possuía grande valor no campo jornalístico, e os poucos jornalistas

escolhidos assinavam sempre os seus artigos com a menção “da Academia francesa”. O reconhecimento desse título literário explica-se pelas regras que regulavam a luta competitiva no campo do jornalismo francês. As lutas e rivalidades pelas posições mais prestigiadas eram avaliadas segundo o capital literário de cada um. Assim, as posições de liderança no campo do jornalismo eram conferidas a quem possuía maior legitimidade literária. Um bom exemplo da importância do capital literário é Léon Daudet, jornalista de sucesso e fundador, em 1908, com Charles Maurras de *L’Action Française*, o órgão do movimento político. O seu pai, Alphonse Daudet, era uma eminente figura literária, o seu cunhado era o grande Victor Hugo que escreveu 87 romances e ensaios, sendo membro da Academia Goncourt (Daudet, 1936).

A importância do capital literário no campo jornalístico foi produto de uma *hierarquia de práticas discursivas*. Contrariamente ao que sucedeu na América e na Inglaterra, o jornalismo não era julgado por si próprio, mas antes comparado desfavoravelmente com os “altos” géneros literários. A poesia e os romances eram as formas literárias mais celebradas e as colocadas no topo da hierarquia: as principais figuras literárias do século XIX ou eram romancistas (Balzac) ou poetas (Lamartine) ou ambas as coisas (Victor Hugo). Aos poetas e romancistas seguiam-se os dramaturgos. Dentro deste grupo, a tragédia possuía melhor classificação que a comédia. Mesmo o *vaudeville*, género literário de baixa cotação, era considerado superior a qualquer prática jornalística.

As práticas discursivas jornalísticas, também hierarquizadas entre si, figuravam na parte inferior deste regime de distinção. A prática jornalística de carácter mais literário era a mais prestigiada. A honra era conferida à crónica. Mas o formato perdeu-se. Habitualmente, o cronista fazia alguns comentários divertidos e refinados a diferentes tópicos escolhidos entre as notícias da semana. O tom de uma boa crónica era frívolo e o estilo brilhante. O género era dominado pelos escritores do campo literário. Guy de Maupassant foi um cronista célebre e a maior figura literária das últimas décadas do século XIX.

Outro género celebrado era o artigo polémico, geralmente sobre um líder. Um artigo polémico era uma peça violenta e agressiva geralmente dirigida contra uma pessoa (por exemplo, um político) ou uma instituição (por exemplo, um partido político). Apesar da natureza da polémica não ser, propriamente literária, possuía uma dimensão discursiva: as ideias e opiniões expressas num artigo polémico são tão importantes como a retórica, a estilística e a linguagem usadas para criticar o opositor. A habilidade para polemizar era muitíssimo admirada nos círculos jornalísticos parisienses e muitas figuras eminentes do jornalismo francês eram polemistas: Veillot, Vallès, Rochefort ou Drumont. Já em 1936 Léon Daudet afirmava que “a polémica é a alma do jornalismo” (Daudet, 1936: 79).

Outro importante género jornalístico da imprensa francesa era o “comentário”. Os jornalistas analisam e comentam um tema de um ponto de vista moral ou político. O tema é geralmente político. Este género combina e atenua os elementos mais duros da crónica e do artigo polémico. O “comentário” não é tão literário como a crónica, nem tão violento como o artigo polémico.

Esta hierarquia das práticas discursivas jornalísticas era estabelecida de acordo com a “literalidade” de cada uma destas práticas. A hierarquia resultava da comparação entre práticas literárias e práticas jornalísticas: comparando os dois discursos, os autores podiam, inevitavelmente, chegar a conclusões acerca da superioridade dos escritores sobre os jornalistas. Um deles pensava, contrariamente aos romancistas, não ser suposto que os jornalistas “exprimissem verdades fundamentais ou pensamentos definitivos” (Jouvenel, 1920: 86). Os jornalistas não necessitavam de possuir o dom de um “sentido crítico apurado” (Jouvenel, 1920: 88). Para outros, a superioridade da literatura sobre o jornalismo provinha do facto de o romance ser escrito para a eternidade, enquanto os artigos duravam apenas um dia. Por essa razão, contrariamente aos jornalistas, os romancistas tinham de se ultrapassar a si próprios. Além do mais, o facto de as mentes mais brilhantes serem mais atraídas pela literatura do que pelo jornalismo significava que a literatura era superior ao jornalismo. A literatura era, pois, uma arte e o jornalismo “uma arte inferior” (Billy e Piot, 1924: 213-16). Não surpreendentemente, os jornalistas eram influenciados por práticas discursivas de natureza puramente literária. Os jornalistas e repórteres franceses referiam constantemente escritores famosos como seus modelos literários. Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Victor Hugo e Emile Zola eram muitas vezes citados como mentores. Jules Vallès, editor do *Cri du Peuple*, foi nas últimas décadas do século XIX discípulo de Balzac; Paul Brulat, um repórter de sucesso no mesmo período, trabalhou com Zola; George Bourdon, repórter do *Le Figaro*, admirava Tolstoy e por aí adiante. Apesar de os jornalistas tentarem aumentar o seu capital simbólico no campo jornalístico, citando estas celebridades como modelo, a sua admiração era sincera na emulação dos seus mestres. Os jornalistas que mencionavam Dumas e Hugo como modelos pertenciam à escola romântica, enquanto os que citavam Zola eram “naturalistas”. Os românticos possuíam um estilo lírico e pictural, os naturalistas eram mais austeros mas dramatizavam tanto quanto os seus colegas. Como resultado desta influência literária, o estilo jornalístico francês será marcado pelas suas origens literárias durante muitos anos. Os artigos dos repórteres franceses eram emocionais e sentimentais. Estas disposições literárias contribuem para o desenvolvimento de um fenómeno peculiar na imprensa francesa: o miserabilismo.

Influenciado pela escrita de Hugo e Zola (ex: *Os Miseráveis*, *Germinal*) os jornalistas e os repórteres franceses começaram a adoptar a miséria como tópico

para artigos ou como um objecto de indignação. Os jornalistas sentiam-se obrigados a retratar detalhes das condições de vida do proletariado e do sub-mundo nos jornais burgueses. Prostitutas, criminosos e condenados enviados para prisões estrangeiras tornaram-se figuras principais de um mundo caricatural. Cada figura era construída segundo um critério invariável. A prostituta trabalhava para a redenção, o criminoso era mostrado como arrependido do seu acto, e o condenado estava sempre inocente. Os jornalistas franceses faziam uma cruzada a favor da reforma do sistema penal, para mudar as leis da prostituição ou provar a inocência de um prisioneiro. Se tivessem sucesso na sua cruzada, congratulavam-se a si próprios por estarem a fazer um mundo melhor. Se não, embarcavam numa nova cruzada. Por um lado, a miséria tornou-se um espectáculo; por outro, tornou-se uma mina de ouro para os jornalistas e repórteres que sabiam como explorar esse filão. Para os jornalistas (não para os pobres) os proveitos simbólicos e financeiros desta estratégia discursiva eram imensos. O miserabilismo enobrecia o autor pela sua generosidade para com o pobre, pela coragem e pseudo desinteresse por recompensas materiais. A comiseração para com os pobres dava prestígio moral aos jornalistas. Todavia, isso não tinha nada a ver com filantropia, na medida em que o miserabilismo era uma excelente estratégia para ganhar fama, glória e dinheiro. Os jornalistas e repórteres que se especializavam em miserabilismo (como Séverine e Albert London) fizeram levantamentos de outras misérias. London viajou largamente pelo mundo, mostrando o mesmo grau de compaixão pelos pobres russos e chineses (Le Gatrec, 1982; Assouline, 1989).

Em suma, a *imposição literária* sobre o jornalismo francês teve o efeito de impedir o desenvolvimento de práticas discursivas jornalísticas no país. Como atrás se refere, devido ao enorme capital literário necessário para ter sucesso no jornalismo do século XIX, o jornalismo francês permaneceu mais literário que o anglo-americano. O jornalismo francês permaneceu, também mais discursivo (mais palavroso) e mais opinativo. As práticas demasiado jornalísticas eram criticadas por escritores estabelecidos (que denunciavam a *americanização* do jornalismo francês) o que deu como resultado que as notícias e a informação nunca adquiriram a proeminência que tiveram nos jornais americanos. Consequentemente, meio século depois de um observador francês da imprensa americana ter declarado, em 1856, que a imprensa “é, essencialmente, uma instituição anglo-saxónica”, outro jornalista francês podia dizer, em 1903, que “os Estados Unidos são o paraíso do jornalismo” (Montégut, 1856: 567; Loliée, 1903^a: 647). Na verdade, o conceito e a prática das notícias, tal como as restantes práticas jornalísticas, foram inventadas e desenvolvidas na América e na Inglaterra. Nas últimas décadas do século XIX, essas práticas foram importadas e adaptadas em França, muitas vezes pelos próprios anglo-

-saxónicos. O estabelecimento em Paris do *Le Matin*, em 1896, foi uma revolução jornalística local (Palmer, 1976). Criado por um grupo de jornalistas americanos, *Le Matin* foi o primeiro jornal a adoptar, em França, os métodos jornalísticos americanos com enfoque na informação e a fornecer uma grande quantidade de notícias internacionais e locais. Desde então, a influência anglo-americana tem sido constante no jornalismo francês. O grande sucesso do *Paris-Soir*, criado em 1930 com uma tiragem de 1,8 milhões de cópias em 1938, foi modelado nos tablóides britânicos (Barrillon, 1959: 94-6).

Causas políticas

A segunda série de causas que determinam as razões pelas quais o jornalismo anglo-americano e o francês se desenvolveram de diferentes maneiras são de natureza política.

Apesar da sua extensão, algumas dessas causas políticas são históricas, outras são sociológicas. Numa perspectiva histórica é de referir que a repressão governamental em França foi intensa até à queda do governo da Ordem Moral, em 1877. As novas relações entre o governo e a imprensa foram legalizadas em 1881 com a nova lei de imprensa. Essa lei eliminou nada menos que 300 artigos de 42 estatutos. Até 1877, os governos franceses usaram numerosos meios de coacção para controlar a imprensa. Alguns eram legais (censura e leis severas contra difamação); outros eram administrativos (obrigação de registo para obtenção de autorização e para depositar caução em dinheiro); outros eram económicos (imposto de selo para os jornais) (Collins, 1959; Bellanger et al., 1969: 383-414).

Em contraste, o governo americano nunca exerceu qualquer espécie de caução sobre a imprensa. Em Inglaterra, a repressão governamental contra a imprensa, principalmente contra os trabalhadores ilegais dos jornais, terminou em meados de 1830 (Wiener, 1969). A última lei que impunha restrições à imprensa data de 1819. No contexto da agitação dos trabalhadores, a 60 Geo. III capítulo 8 propõe-se uma "mais efectiva prevenção e punição da difamação relacionada com blasfémia (religiosa) e com sedição (política), enquanto a 60 Geo. III capítulo 9 reforça o sistema de taxas imposto aos jornais. Estas obrigações dos jornais, conhecidas como "taxas sobre o conhecimento", foram inicialmente introduzidas em 1712 para reprimir as actividades da imprensa. Aumentadas pela última vez em 1815, a sua aplicação amplia-se em 1819. A mais importante destas taxas, o imposto de selo, foi reduzido de 4d para 1d em 1836 e o governo eliminou essas taxas entre 1855 e 1861 (Collet, 1933). Depois da redução do imposto de selo, em 1836, a repressão governamental contra a imprensa quase cessou. As leis sobre a difamação não foram eliminadas mas eram quase sempre invocadas por motivos privados.

A coacção governamental, que se prolongou em França por um período maior que no Reino Unido e na América, teve vários efeitos negativos na imprensa francesa. Uma das consequências foi restringir o tipo e a quantidade de informação que os jornais podiam publicar sem risco. Um manual para jornalistas, publicado no final de 1860, continha uma lista de nada menos de 269 precauções que os jornalistas deviam cumprir se “queriam livrar-se de ir parar aos tribunais” (Collins, 1959: 150). Contrariamente à situação britânica e americana, onde uma forte competição forçava os editores a fornecer uma informação excelente, os proprietários dos jornais franceses e os editores não tinham interesse especial em aumentar o seu serviço de notícias.

Numa perspectiva sociológica, as lutas políticas eram mais facilmente enquadradas na Inglaterra e nos Estados Unidos do que em França. Naqueles dois países, as disputas confinavam-se aos limites do bipartidarismo parlamentar. Os jornalistas podiam reclamar-se da “neutralidade”, proclamando simplesmente que não apoiavam qualquer dos partidos, e que eram “imparciais” dando a mesma atenção a ambos os partidos. Esse enquadramento eficiente da luta política facilitou o desenvolvimento de um discurso baseado nas notícias e na informação e não nas opiniões políticas. Em França, os jornalistas deparavam-se com uma situação mais complexa uma vez que o espaço para posições políticas era muito mais vasto, sendo o campo das alternativas políticas mais aberto. Durante grande parte da Terceira República, as posições políticas iam do comunismo à monarquia. Os princípios que estas duas partes colocavam em questão (a propriedade privada e o sufrágio universal) estavam já garantidos em Washington e Londres. O facto de não serem, ainda, uma garantia na política francesa tornava as questões políticas e ideológicas mais cruciais em França do que noutros sítios.

Além disso, as lutas políticas possuíam uma caracter mais violento em França do que nos outros dois países. Isso devia-se sobretudo à intensa luta de classes durante o século XIX e ao peso relativamente fraco da burguesia. A fragilidade da burguesia foi demonstrada durante a Comuna de Paris, em 1871. Era, também, aparente nas múltiplas crises da Terceira República assim como na própria estrutura do regime. A atitude do alto comando da Armada francesa em 1940 e a natureza do regime de Vichy pode também ser explicada pela intensidade das lutas sociais em França. (Bloch, 1957: 205-14; Azéma e Winock, 1976: 363-441; Azéma, 1979: 9-32). Neste contexto político, os jornalistas não podiam deixar de ser instrumento de cliques políticas e de facções. Muitos jornalistas estavam comprometidos na polemização e publicação de ideias e doutrinas políticas. Consequentemente, entre os 46 jornais publicados em Paris antes da Primeira Grande Guerra, cerca de 40 possuíam uma tendência política marcada e defendiam explicitamente uma doutrina política (Manévy, 1955: 142-4). Por exemplo,

L'Humanité era socialista, *La Croix* católico, *Le Gazette de France* monárquico e *La Press* nacionalista. *Le Figaro*, *Le Journal des Débats* e *Le Temps* defendiam moderadamente posições políticas mais à direita. Os quatro diários populares (*Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*, *Le Matin*, *Le Journal*) encontravam-se entre os poucos que não possuíam como principal objectivo a propaganda de uma doutrina política. Na Inglaterra como na América, apesar de muitos jornais possuírem, e algumas vezes afirmarem, preferências políticas, não se podia dizer que algum deles assumisse o papel militante ou partidário dos jornais franceses.

Razões económicas

Por último, o jornalismo anglo-americano e francês desenvolveu-se de maneira diferente em virtude de as forças do mercado desempenharem um papel mais importante no desenvolvimento da imprensa americana e britânica do que na imprensa francesa. No princípio do século XIX, na América, e durante a segunda metade do século na Inglaterra, os jornais adquiriram a capacidade de canalizar importantes receitas de vendas e publicidade. Em ambos os países o mercado da publicidade desenvolveu-se rapidamente, fornecendo à imprensa uma fonte significativa de receitas. Por volta de 1910, a receita de publicidade dos jornais e periódicos nos Estados Unidos atingia 202 milhões de dólares, constituindo cerca de 60% da sua receita total (Norris, 1990: 49). Os anúncios provinham de uma grande variedade de companhias, do retalho, armazéns, casas de encomendas por correio e fabricantes de sabão, a banqueiros, intermediários, agências imobiliárias, hotéis, apartamentos e estabelecimentos de ensino (Nevett, 1982: 71).

Estas importantes receitas contribuíram para autonomizar a imprensa americana e britânica da esfera da política. Desde 1830 em Nova York e 1850 em Londres, os editores americanos e ingleses não necessitaram mais de receber subornos de políticos. Esta independência financeira contribuiu para despolitizar as práticas discursivas jornalísticas e encorajar o desenvolvimento de um jornalismo de informação baseado nas normas discursivas da neutralidade e da objectividade.

The Times, em Londres, oferece uma boa ilustração desta evolução. Na primeira metade do século XIX, o jornal era notoriamente corrupto e, como o resto da imprensa, recebia grandes quantidades de dinheiro do governo (Aspinall, 1949: 66-106; para o fim do sistema de subsídios em Inglaterra ver Aspinall, 1949: 369-84). Cerca de 1850 vendia o suficiente (38.000 cópias) e possuía espaço suficiente para anúncios pessoais, obtendo receitas sem auxílio governamental. Como resultado, *The Times* era um dos jornais britânicos a mencionar a objectividade como um ideal e a sugerir que os deveres do estado e do "quarto poder" eram "permanentemente separados, geralmente independentes e muitas vezes diametralmente opostos" (*The Times*, 6 de Fevereiro de 1852).

Na segunda metade do século XIX, com a situação financeira do resto da imprensa britânica a melhorar, um crescente número de jornais proclamava a sua "objectividade" ou, pelo menos, a sua "neutralidade" política. Em 1880, grande número de jornais dizia-se politicamente independente, com um terço a declararem-se isentos de ligações políticas (Lee, 1976: 229).

Na viragem do século, a publicidade era uma instituição melhor implantada na América e na Inglaterra do que em França. Os industriais franceses operavam num contexto económico e cultural diferente, permanecendo mais relutantes que os seus parceiros anglo-americanos em gastar dinheiro em publicidade por muito tempo. Como resultado, os jornais franceses venderam, proporcionalmente, menos espaço publicitário, pelo que as receitas publicitárias não contribuíram para as suas finanças na mesma extensão em que fizeram para os jornais na América e na Inglaterra. As receitas publicitárias de *Le Petit Parisien*, o jornal melhor implantado e com maior sucesso comercial da Terceira República, aumentou os seus rendimentos totais apenas em 13,1%, entre 1879 e 1914 (Amaury, 1972: 472, 476).

Pelo menos um director de um jornal francês de então estabeleceu uma ligação explícita entre a exiguidade das receitas publicitárias e a corrupção notória da imprensa francesa na Terceira República (L. Marc in Bérenger, 1897: 775; ver também Bellanger et al., 1969: 341-2). Neste período, poucos jornais franceses eram financeiramente independentes e muitos aceitaram subornos através dos quais o governo e os partidos políticos os controlavam. Por exemplo, de acordo com uma estimativa, entre 1871 e 1913, o governo francês teria dispendido 1 a 2 milhões de francos por ano a subornar jornalistas (Bellanger et al., 1972: 249-50). Agências de estado e partidos políticos dominantes usaram esses subsídios para controlarem politicamente os jornalistas, tendo muitos permanecido como porta-vozes de facções políticas. Como resultado, muitos jornalistas continuaram a produzir um discurso partidário e a manter um olhar opinativo sobre os factos e eventos políticos.

De 1870 a 1930, os jornais e revistas franceses receberam também dinheiro de governos estrangeiros com o objectivo de distorcerem e ocultar informação. Muitos jornais e periódicos parisienses são mencionados em negócios de corrupção, entre eles *Le Figaro*, *Le Journal des Débats*, *Le Gaulois*, *Le Matin* e a agência de notícias *Havas*. Receberam dinheiro de países como Itália, Espanha, Roménia e Bélgica (Kitsikis, 1968: 514-17, Bellanger et al., 1972: 501-9). *Le Temps*, por exemplo, considerado o jornal parisiense mais prestigiado nesse período e, alegadamente, o correspondente francês de *The Times*, recebeu dinheiro da Grécia, Bulgária, Jugoslávia, Áustria e Alemanha (Kitsikis, 1968: 521).

Esta corrupção constitui outra razão pela qual os leitores franceses eram informados de uma maneira pobre sobre certos assuntos estrangeiros.

Por exemplo, enquanto muitos jornais americanos e ingleses tinham correspondentes permanentes em S. Petesburgo, Moscovo e Odessa, os jornais franceses não tinham nenhum. Aparentemente sem ter consciência dessa situação, o correspondente da *Novosti* em Paris afirmava que “uma misteriosa razão parecia impedir a opinião francesa de questionar pessoas e coisas na Rússia, procurando a verdade” (Loliée, 1902^a: 721). Esta razão “misteriosa” eram os milhões que o governo russo distribuía generosamente aos jornalistas franceses entre 1880 e 1990 para os manter calados sobre a situação na Rússia (Bellanger et al., 1972: 270-5). Tivessem os franceses conhecido a verdade acerca deste país e teriam cessado de comprar os tesouros empenhados pelo governo csarista e posteriormente nunca devolvidos pelos sucessivos regimes.

Factores linguísticos e internacionais

Outros factores, nomeadamente linguísticos e internacionais, explicam as diferenças entre o jornalismo francês e o anglo-americano. Palmer defendeu recentemente que o inglês é a melhor “língua dos media” porque é rica em monossílabos e o seu vocabulário preciso permite uma “economia de palavras”. (Palmer, 1995) É, também, notório que a gramática inglesa é mais flexível que a francesa. Isso dá aos jornalistas ingleses a possibilidade de escreverem com maior concisão. Pela mesma razão, os títulos são mais compactos e as frases mais pequenas. A capacidade de condensar a linguagem constitui uma vantagem decisiva no jornalismo e pode, na verdade, ter favorecido a emergência de uma maneira diferente de escrever na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A influência de factores internacionais no jornalismo é difícil de verificar. A superioridade do jornalismo anglo-americano e a sua influência em França reflectiu a posição dominante anglo-americana no mundo, nos aspectos económico e político. Vários séculos de guerra e de comércio fizeram de Londres a capital de um império e o centro do mundo até à Primeira Grande Guerra. O poder económico e político teve como resultado que muitas coisas feitas e decididas em Londres fossem valorizadas como notícia, e que muitos eventos ocorridos noutras partes do mundo tivessem interesse para os leitores britânicos. Esses eventos eram, também conhecidos primeiro em Londres. Não só as principais agências à volta do mundo pertenciam a companhias americanas e inglesas, como Londres era, também, o “ponto europeu de convergência das comunicações transoceânicas” (Palmer, 1976: 206). A posição central da Inglaterra no sistema mundial antes da Primeira Grande Guerra fez de Londres um centro económico, político e jornalístico.

Conclusão

Muitos cientistas sociais que escreveram sobre a influência internacional da cultura anglo-americana através do mundo localizam a origem desse domínio político no princípio do século XX, mais especificamente com a emergência do domínio de Hollywood no mundo. Jeremy Tunstall foi um dos primeiros a sugerir que o domínio anglo-americano na esfera cultural mundial começou antes dessa data, cerca de finais do século XIX, com a invenção da imprensa de massas (Tunstall, 1977: 13-37). Seguindo a sua tese, este artigo procurou demonstrar que, de facto, o jornalismo é, especificamente, uma invenção anglo-americana. Além disso, a difusão das práticas discursivas anglo-americanas em França pode ser vista como constituindo a primeira manifestação da hegemonia da cultura anglo-americana no mundo.

Deve notar-se que muitos investigadores não se dão conta desta precoce influência cultural anglo-americana porque a exportação das práticas discursivas é muito menos visível que a exportação dos actuais filmes e séries televisivas. Por isso, o jornalismo tem sido largamente aceite como um discurso universal sem nenhuma cultura particular de origem. Todavia, o enquadramento temporal e a sequência do seu desenvolvimento no século XIX na América, Grã-Bretanha e França revelam a precedência anglo-americana neste campo e a sua influência nos jornalistas franceses. O século XIX francês é, aliás, particularmente interessante por mostrar que o jornalismo se tornou um *gênero discursivo global*, ultrapassando e homogeneizando as tradições discursivas locais, de natureza muito diferente das do jornalismo anglo-americano.

Nota:

O autor deseja expressar o seu agradecimento a Anna Maresso, aos revisores e editores anónimos do *European Journal of Communication (EJC)* pelos seus úteis comentários aos primeiros esboços deste artigo, e à Academia Suíça para as Ciências Sociais pelo patrocínio que deram a esta investigação.

Bibliografia

- Amairy, F. (1972) *Histoire du plus grand quotidien de la III^e République*, Le Petit Parisien, 1876-1944, Vol. I, Paris, PUF.
- Aspinall, A. (1949) *Politics and the Press*, c. 1780-1850. London: Home and Van Thal.
- Assouline, P. (1989) *Albert Londres*. Paris: Balland.
- Azéma, J. P. (1979) *De Munich à la Libération*. Paris: Seuil.
- Azéma J. P. e M. Winok (1976) *La Troisième République*. Paris: Calmann-Lévy.
- Barrillon, R. (1959) *Le Cas Paris-Soir*. Paris: Arman Collin.

- Bellanger C., J. Godechot, P. Guiral e F. Terrou (1969) *Histoire général de la presse française, tome 2: de 1815 à 1871*. Paris: PUF.
- Bellanger C., J. Godechot, P. Guiral e F. Terrou (1972) *Histoire général de la presse française, tome 3: de 1871 à 1940*. Paris: PUF.
- Bellet, R. (1967) *Presse et journalism sous le Second Empire*. Paris: Armand Collin.
- Bérenger, L. (1897) "Les responsabilités de la presse contemporaine", *Revue Politique et Littéraire* 8(25): 770-6.
- Billy A e J.Piot, (1924) *Le Monde des journaux*. Paris: Crès.
- Bloch, M. (1957) *L'Étrange défaite*. Paris: Albin Michel.
- Blondheim, M. (1994) *News over the wires*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Chalaby, J. (1996) Beyond the Prison-house of Language: Discourse s a Sociological Concept", *British Journal of Sociology* 47(4).
- Chisel, F. (1980) "La Presse française face aux réformes de 1860", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 27: 374-90.
- Collet, C. D. (1933) *Histoire of the Taxes on Knowledge*. London: Watts.
- Collins, I. (1959) *The Government and the Newspaper Press in France, 1814-1881*. London: Oxford University Press.
- Cooke, G. W. (1859) *China, Being The Times Special Correspondence from China in the Years, 1857-1858*. London: Routledge.
- Daudet, L. (1936) *Bréviaire du journalisme*. Paris: Gallimard.
- Emery E. e H. L. Smith, (1954) *The Press and America*. New York: Prentice-Hall.
- Faucher, L. (1836) "La Presse en Angleterre", *Revue des Deux Mondes* 6(7): 679-96.
- Ferenczi, T. (1993) *L'Invention du journalisme en France*. Paris: Plon.
- Goodbody, J. (1988) "The Star: Its Role in the Rise of new Journalism", pp. 143-63 in J. H. Wiener (ed.) *Papers for the Millions*. New York: Greenwood Press.
- Grant, J. (1871) *The Newspaper Press, Vol. 2*. London: Tinsley Brothers.
- Jouvenel, R. (1920) *Le Journalism en vingt leçons*. Paris: Payot.
- Kitsikis, D. (1968) "Les Rapports du Temps avec le gouvernement grec dans l'entre-deux-guerres", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 15: 512-34.
- Koss, S. (1990) *The Rise and Fall of the Political Press in Britain*. London: Fontana Press.
- Lee, A. J. (1976) *The Origins of the Popular Press in England, 1855-1914*. London: Croom Helm.
- Le Gatrec, E. (1982) *Séverine, une rebelle*. Paris Seuil.
- Loliée, F. (1902 a) "L'Opinion européenne sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 18(23): 714-21.
- Loliée, (1902b) "L'Opinion européenne sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 18(24): 752-8.
- Loliée, F. (1902c) "L'Opinion européenne sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 18(25): 790-4.
- Loliée, F. (1903 a) "L'Opinion américaine sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 19(21): 646-53.

- Loliée, F. (1903b) "L'Opinion américaine sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 19(23): 712-18.
- Loliée, F. (1903c) "L'Opinion américaine sur la presse française", *Revue Politique et Littéraire* 19(25): 781-7.
- Manévy R. (1945) *Histoire de la Presse, 1914-1939*. Paris: Corrèa.
- Manévy, R. (1955) *La Presse de la IIIe République*. Paris: Foret.
- Mitterand, H. (1962) *Zola journaliste*. Paris: Armand Colin.
- Montégut, H. (1856) "Moeurs et caractères du journalisme américaine d'après ses autobiographies", *Revue des Deux Mondes* 26(3): 557-91.
- Morierval, J. (1961) *Les Créateurs de la grande presse*. Paris: SPES.
- Mott, F. L. (1962) *American Journalism*. New York: Macmillann.
- Nevett, T.R. (1982) *Advertising in Britain*. London: Heinemann.
- Norris, J.D. (1990) *Advertising and the Transformation of American Society, 1865-1920*. New York: Greenwood Press.
- The Office of *The Times* (1939) *The History of The Times, Volume 2: The Tradition Established, 1841-1884*. London: The Times.
- Palmer, M. (1976) "D' l'information étrangère dans la presse quotidienne française: les agences de presse et le journalisme anglo-saxon (1875-1885)", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 23: 203-35.
- Palmer, M. (1978) "The British Press and International News, 1851-99: Of Agencies and Newspapers", pp. 205-19 in G. Boyce, J. Curran and P. Wingate (eds) *Newspaper History*. London: Constable.
- Palmer, M. (1983) *Des petits journaux aux grandes agences. Naissance du journalisme moderne*. Paris: Aubier.
- Palmer, M. (1995) "Daily Newspapers and News values in Europe: A North/South Divide and "Western" Norms. A View from France", paper presented at "The Press in Europe" Conference, City University, London.
- Prevost-Paradol, (1858) "De la presse en France et en Angleterre", *Revue des Deux Mondes* 28(13): 186-202.
- Rey, A. (ed) (1992) *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Dictionnaires le Robert.
- Shudson, M. (1994) "Question Authority: A History of the News Interview in American Journalism, 1860s-1930s", *Media, Culture and Society* 16(4): 565-87.
- Schults, R. L. (1972) *Crusader in Babylon*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Seitz, D.C. (1928) *The James Gordon Bennetts*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merril.
- Stephens, M. (1988) *A History of News*. New York: Viking.
- Swanberg, W.A (1962) *Citizen Hearst*, London: Longman.
- Tunstall, J. (1977) *The Media Are American*, London: Constable.
- Voyenne, B. (1985) *Les Journalistes français*. Paris: CFJPJ and Retz.
- Wiener, J.H. (1969) *The War of Unstamped*. Ithaca, NY: Cornell University Press.